



A DEFESA NACIONAL

Bolívia: Predestinação Geopolítica

Therezinha de Castro*

O artigo apresenta um resumo histórico do país vizinho, configurando sua predestinação geopolítica.

A predestinação geopolítica da Bolívia pode ser sintetizada num parágrafo de Alberdi, em *Política Internacional*. Jurisconsulto argentino, nascido em Tucumam (1810) e falecido em Paris (1884), defendeu sem sucesso a tese da união no continente. “A América está malfeita, se me é permitido usar essa expressão. É mister recompor sua carta geográfico-econômico-política. É um edifício velho construído dentro de um plano que já caducou; antes era fábrica espanhola, com departamentos destinados a trabalhos especiais distribuídos segundo plano industrial que só ao fabricante interessava; hoje, cada departamento é uma nação independente ocupando-se com a universalidade dos elemen-

tos sociais e, assim sendo, deveria trabalhar segundo sua própria inspiração.”¹

A Bolívia não foi produto de um movimento de independência; foi bem mais, numa predestinação geopolítica, fruto de rivalidade surgida na Conferência de Guayaquil (1822) entre os ideais antagônicos do Libertador do Sul, San Martin, e do Libertador do Norte, Bolívar. Era o ideal monarquista do primeiro contra o republicanismo do segundo, influindo na predestinação geopolítica da Audiência de Charcas, transformando-a num “expediente da História” com a independência tardia da Bolívia, em 1925 — predestinação geopolítica que levava esse país, antes mesmo de se implantar historicamente, a despontar como objeto da oposição entre dois

* Professora. Conferencista de Geopolítica na ECEMAR.

1. Em seu livro *Memórias sobre a Convivência e Objetivo de um Congresso Geral Americano*.

exércitos de uma América Hispânica que se emancipava.

Sem fronteiras definidas, nascia a Bolívia ocupando uma área de 2.342.900km², como o 2º maior país da América Latina, depois do Brasil. Passaria, antes do final do século, ao 5º lugar, ao perder 46,9% de sua área, incluídos nos países vizinhos com os quais se limita — Brasil, Argentina, Chile, Peru e Paraguai. Atualmente, com 1.100.000km², tem ainda grandes dimensões, pois é maior que a Califórnia e o Texas, subtraídos ao México pelos Estados Unidos.

País “mediterrâneo” ou interiorizado como o Paraguai, a Bolívia dele difere, pois ao nascer como nação possuía um litoral no Pacífico entre os rios Loa (21º Sul) e Salado (26º 20' Sul).

ASPECTOS FISIOECONÔMICOS

O posicionamento central-interiorizado da Bolívia, refletindo-se como um *heartland* da América do Sul, caracteriza seu espaço vital por três triângulos: o primeiro, geográfico, por seu envolvimento em regiões fisiográficas dissociadas — Andes, Bacia Amazônica e Bacia Platina; o segundo, político, pela atração exercida pelo Brasil, Argentina e Chile; e o terceiro, econômico, assim caracterizado pelo diplomata boliviano Mariano Baptista Gumucio: “*O guano, o salitre e o cobre produziram a Guerra do Pacífico e nosso inaceitável enclausuramento; a borracha fez a Guerra do Acre e a perda da maior porção de nosso território em benefício do colosso brasileiro; enquanto o petróleo foi o protagonista da Guerra do Chaco.*”

Podemos ainda incluir um quarto triângulo, enfocado nos pontos cardeais de ori-

entação já que a Bolívia, no oeste, se volta para o Peru e o Chile, no leste e norte, para o Brasil e, no sul, para a Argentina. E, nesse contexto, falta-lhe a eventual solidificação ou mesmo um núcleo de coesão que possa consolidar o valado que possui com seus vizinhos.

Inclui-se aí a fluidez geopolítica da tripla capitalidade boliviana, contribuindo para gerar um quinto triângulo — Sucre/La Paz/Santa Cruz de la Sierra.

Sucre (2.850 metros) é a “cidade dos quatro nomes — os índios davam-lhe o nome de Charcas, mas já era chamada de Chuquisaca quando da chegada dos espanhóis, que denominaram-na La Plata, antes de tomar o de Sucre, o fundador da nacionalidade. Foi Sucre o fruto natural do período colonial, pelo posicionamento geovial na rota que vinculava os Vice-Reinados do Prata e do Peru, no elo Atlântico/Pacífico.

Aos poucos iria se impondo o peso econômico do altiplano e, quando a Bolívia já havia perdido seu litoral, La Paz (3.600 metros) passou a ser capital, centrando-se no nó geoestratégico das vias de comunicação de um país interiorizado. Fundada em 1530, portanto, oito anos antes de Sucre, o topônimo La Paz teve correlação com a pacificação do Peru, daí haver ganho o seguinte lema: “*os discordes na concórdia, em paz e amor se juntaram, e de paz fundaram para perpétua memória*”.

Como autêntica marca medieval na categoria de posto de ação sobre o setor fronteiriço mais sensível da Amazônia, La Paz unia as vantagens das conexões ferroviárias com Arica/Buenos Aires e também a proximidade com as yungas e o oriente dos fragilizados Departamentos de Beni e Pando (Mapa 1). Já havia sido subtraída do Acre, mas La Paz continuava como símbolo da luta

MAPA 1



para reconquistar o tempo perdido em matéria de organização estatal.

Apoiada no altiplano, a área mais povoada e desenvolvida economicamente, La Paz já vê surgir a sua concorrente. Trata-se de Santa Cruz de la Sierra, no sopé do altiplano, situada nos trópicos, o importante centro industrial do país. Ingressa essa cidade num cenário de maior potencialidade de recursos, pelo gás, petróleo e solo próprio para a agricultura e pecuária.

O posicionamento de Santa Cruz lhe assegura fáceis conexões de conquista do *hinterland* tropical, comparativamente aos esforços que faz La Paz. Daí, de Santa Cruz, é muito mais fácil, através do Mamoré, chegar ao Beni, no coração da Bacia Amazônica. Por sua vez, o Departamento de Santa Cruz se encontra no ponto de aproximação dos eixos fluviais Guaporé (Bacia Amazônica) e Paraguai (Bacia Platina).

A Bolívia possui 41,6 mil km de rodoviais, das quais apenas 4% pavimentadas, e 3,7 mil km de ferrovias. País sem litoral, se vale de portos dos vizinhos² — Brasil, Argentina, Chile e Peru, ressaltando-se que a escolha dos portos levam em conta o itinerário dos barcos e a eficiência/capacidade. Assim sendo, Antofagasta recebe a maior parte das cargas destinadas ao país.

Observando-se que as distâncias entre esses portos e La Paz variam dos 500km aos 3 mil km, é de importância que a Bolívia possa utilizar mais amplamente o sistema da Bacia Platina, integrada no Mercosul, sendo de importância, no contexto, a construção de Puerto Busch, na margem direita do Paraguai, em Punta Man Cesped, no sudo-

este do Departamento de Santa Cruz (Mapa 2). A construção desse porto e da estrutura de transportes que o vinculam com áreas importantes da Bolívia lhe concederá uma rota comercial de grande eficiência unindo-a a extensas zonas do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, facilitando-lhe a saída para o Atlântico e maior desafogo para a ferrovia Santa Cruz de la Sierra/Santos.

A relativa proximidade entre Santa Cruz/Cochabamba/Sucre nos permite traçar um sexto triângulo, caracterizado como autêntica “fortaleza interior”, formando dinâmico núcleo de “coesão nacional”, capacitado para negociar e mediar os problemas do continente.

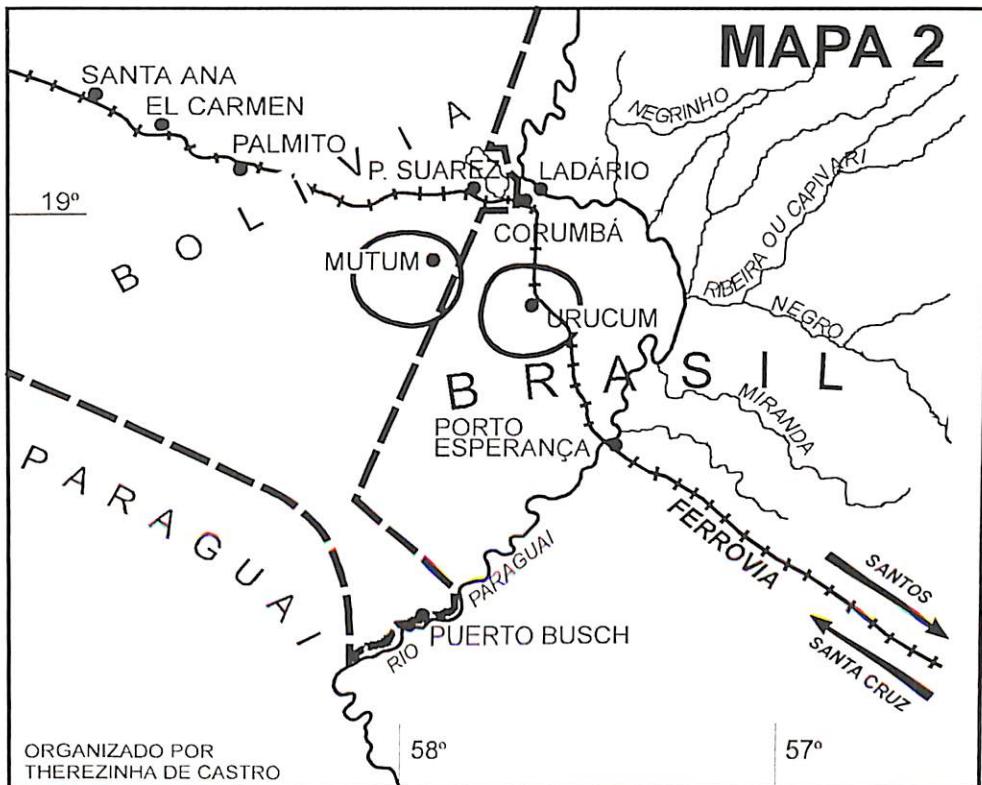
Síntese do continente sul-americano, o território boliviano se caracteriza pela variedade fisiográfica, já que às altas montanhas se sucedem, bruscamente, os vales e planícies, as florestas tropicais e as neves eternas, além de cursos-d'água integrando as duas maiores bacias hidrográficas, Amazônica e Platina, e ainda o sistema fechado Titicaca/Poopo, cujas torrentes se perdem em meandros no altiplano.

E é nesse altiplano que está o ecumônimo estatal da Bolívia, uma das mais altas regiões do Planeta que é habitada. Estão aí as cidades mais importantes do país que, em 1994, contavam com 7,7 milhões de pessoas com baixa densidade (7 habitantes/km²).

Com prevalência da população urbana (51,4%), as cidades importantes estão cercadas pela Cordilheira dos Andes, com altitudes bem acima dos 4.500 metros, composta por vulcões extintos ou em atividade e picos, entre os quais o mais alto é o Ancohuma (6.919 metros).

Nesse altiplano se encontra toda a riqueza mineral boliviana em exploração, como o ouro e a prata, esta associada ao estanho,

2. Distam de la Paz: Santos (3.414km), Buenos Aires (2.752km), Antofagasta (1.173km), Matarani (825km) e Arica (458km).



cujos principais depósitos se concentram nos Departamentos de La Paz, Oruro e Potosí. Em Corocoro, é explotado o cobre, alinhado em formações dioríticas cruzando longitudinalmente o altiplano, transportado pela ferrovia La Paz—Arica. O centro do bismuto está em Chorolque, numa montanha que chega aos 6.100 metros, onde se associa com a prata e o tungstênio, em jazidas mais baixas, e do estanho, no cume.

A Bolívia, que é exportadora de minerais metálicos, também é rica em antimônio,

chumbo e zinco, mas o trabalho aí se torna oneroso se comparado com os dos demais centros andinos. Para isso concorrem vários fatores: a altitude, onde se encontram os filões entre os 4.200 metros aos 4.900 metros; o transporte difícil e oneroso, não só pela aspereza do relevo, como, sobretudo, pela distância em relação ao mar; a falta de combustíveis e o pouco aproveitamento da energia elétrica; a dificuldade da mão-de-obra, não somente porque a região é agronomicamente improdutiva, só podendo sustentar

a população nativa, como é somente esta a única habituada ao trabalho em sítios tão elevados.

Só os nativos conseguem uma perfeita adaptação ao soroche ou mal de puña, que ataca o imigrante indefeso. Na puña, terreno acidentado da Bolívia que continua através do Chile no Deserto do Atacama, as pulsões chegam a 100/120 por minuto, compensando a falta do oxigênio paralela à diminuição da pressão. O coração dos nativos é maior que o dos que moram nas planícies e a pessoa que não se aclimata paulatinamente ao ambiente sofre, quase sempre, de um colapso circulatório. São freqüentes as irritações oculares, os zumbidos no ouvido, e os reflexos dos campos de neve ou salitrais podem causar a “cegueira branca”. A sonolência e a apatia geral obriga ao contínuo mascar de folha de coca, também usada para chá estimulante.

No outro extremo, as yungas e vales que demandam a Bacia Amazônica é zona semitropical cuja fertilidade lhe vale o título de “celeiro da Bolívia”. Aí, Beni e Pando, Departamentos já na planície, se ligam mais ao sul ao de Santa Cruz, elo de ligação com a Bacia do Prata. Essas três unidades administrativas que fazem com o Brasil fronteira, a maior de todas que possuímos no continente, se integram com o Gran Chaco (Paraguai) e o Pantanal Matogrossense.

No setor interiorizado boliviano cultiva-se soja, cana-de-açúcar, café e castanha, e cria-se gado; mas é o petróleo e o gás natural que dão destaque a Santa Cruz.

Nesse espaço fisiopolítico, convivem mestiços (31,2%), autoctones quíchua (25,4%), mais no altiplano, e aimaras (16,9%), na planície, e brancos (14,5%), ao lado de minorias (12%). São línguas oficiais o espanhol, quíchua e aimara, com maio-

ria populacional católica (92,5%), levando Augusto Guzmán a sintetizar, em essência, o que é o boliviano — *“entre os autoctones e os espanhóis, sem contar com a minoria dos criollos, surgiu a cholada, a raça mestiça, com defeitos e qualidades que se equilibram ou desequilibram em seu temperamento pouco harmônico”*.

PERÍODO COLONIAL

Antes da conquista espanhola, o espaço boliviano fez parte do Império Incaico, em seu setor meridional, denominado Kollasuyo (significando país dos desfiladeiros), de onde seus descendentes quíchua expulsaram os aimaras.

Ocupado o Império Incaico pelos conquistadores Francisco Pizarro e Diego Almagro, Kollasuyo era transformado na Governança de Nova Toledo (1534). Não teria realidade política Nova Toledo face às lutas protagonizadas pelos “pizarristas” e “almagristas”, levando Castela, em 1542, a criar o Vice-Reinado do Peru, ocupando toda a América do Sul, delimitando-se o setor português do outro lado da fronteira de Tordesilhas.

Em 1545, era descoberta a grande montanha de prata no Cerro Rico de Potosí, com seus 4.755 metros, atraindo forasteiros e fazendo nascer cidades entre as quais Chuquisaca no lugar de Charcas e atual Sucre (1548), Cochabamba e Tarija (1574). Todos esses núcleos urbanos vivendo como satélites da Vila Imperial do Potosí e transformando-se na maior e mais rica cidade da América Hispânica levaria, em 1559, Felipe II a instalar a Audiência de Charcas.

Assim, o topônimo Charcas, nome da tribo indígena local, passaria, durante o pe-

ríodo colonial, a representar a Bolívia. Essa mesma Charcas que teria, como Audiência, limites que variavam, chegando a alcançar cerca de 3.220km desde Arica, no Pacífico, até Buenos Aries, no Atlântico.

Configurada como Kollasuyo redivivo, Charcas era, no entanto, um complexo geoconômico distinto, instalado no altiplano integrado ao Vice-Reinado do Peru até 1776, quando se criou o Vice-Reinado do Prata.

Esse novo Vice-Reinado, instalado para barrar as pretensões portuguesas no Prata,³ além de englobar as governanças de Buenos Aries, Tucumán e Paraguai, obtinha Cuyo segregada da Capitania do Chile, bem como, retirado do Peru, o território do altiplano de Charcas, que ia do Potosí até La Paz, inclusive o seu litoral no pacífico.

Assim, no período colonial iria se impor um dualismo geopolítico na Audiência de Charcas, equidistante dos dois Vice-Reinados, tendo La Paz mais voltada para o centro administrativo de Lima e Chuquisaca (Sucre) mais dependente de Buenos Aires. Era a História ocasionando a predestinação geopolítica da Audiência de Charcas, o núcleo geohistórico da Bolívia, ao girar em torno de dois Vice-Reinados, como autêntica área de soldadura.

E, nesse setor continental de soldadura, afirma Mário Travassos, “*nada oferece maior soma de motivos geradores de inquietude política do que a instabilidade geográfica, isto é, a oscilação de certos territórios entre determinadas características que os circundam. Territórios assim oscilantes são verdadeiros focos de perturbações políticas, causas e dissensões ou, pelo menos, de sérias*

as preocupações para que se evitem possíveis conflitos internacionais”.

FORMAÇÃO: DISPERSÃO E COESÃO

Em 1624, começava a funcionar a Real Pontifícia de S. Francisco Xavier de Chuquisaca, chegando posteriormente a ela as luzes do liberalismo europeu — temática difundida, em especial, pela Real Academia Carolina, nascida em 1776, como escola de leis para pós-graduados, freqüentada por vários líderes da Revolução de Maio de 1810, em Buenos Aires, e pela elite revolucionária boliviana.

Embora tenha havido três tentativas de libertar a Bolívia partidas da Argentina — 1810 (Dr. Juan José Castelli), 1812-1813 (General Delgrado), e 1815 (General Rondeau), seriam vencedores os revolucionários do Exército de Libertação da Gran Colômbia comandados por Antonio José de Sucre, nas batalhas de Junin (agosto de 1824) e Ayacucho (dezembro de 1824).

Caberia a Sucre decidir sobre a sorte do espaço político da Audiência de Charcas, pois os Exércitos do Norte (Bolívar) e do Sul (San Martin), desentendendo-se na Conferência de Guayaquil (1822), punham por terra o sonho de uma América do Sul Espanhola unida. Assim, em Charcas, estaria sellada para sempre a separação norte/sul com a proclamação, aí, em 6 de agosto de 1825 (1º aniversário de Junin), da independência de um novo Estado.

Surgia a “República de Bolívar”, nove meses depois trocado para Bolívia. Convocado a ocupar a presidência, Bolívar aí fi-

para melhor proteger o enclave da Colônia do Sacramento, fundada desde 1680 no Rio de Prata, atual território uruguai.

3. Em 1776, os portugueses transferiam a capital do Estado do Brasil, de Salvador para o Rio de Janeiro,

cou até 1º de janeiro de 1826, quando passou o poder a Sucre, que ficaria no governo até 1828.

O pluriestatismo não seria apenas reflexo da discordia entre maçons azuis (San Martin) e vermelhos (Bolívar), nem mesmo da rivalidade entre monarquistas e republicanos. Refletia também as diretrizes geopolíticas e objetivos geoestratégicos de países mais fortes, surgidos no império americano espanhol que se esfacelava. Assim, entre o norte e o sul “*subsidiariamente surgem quatro nações: Equador, Paraguai, Uruguai e Bolívia*”, concluindo Eduardo Arze Quiroga — “*esses quatro Estados são o resultado das contradições dos interesses políticos e econômico das unidades mais fortes e nascem de compromissos originados pela própria guerra da independência e outras posteriores*”.

A par das subdivisões, impuseram-se também movimentos unionistas e, nesse contexto, o General Andrés Santa Cruz, que, com sua revolução obrigara Sucre a deixar a Bolívia, tentaria uma união com o Peru. É que, entre Charcas e o Peru, existia uma espécie de cordão umbilical desde 1548, o porto de Arica, onde se cobravam os impostos de importação e exportação de mercadorias consumidas na Audiência — razão, portanto, de ordem econômica para Confederação Peru-Bolívia, em 1825. Razão de ordem econômica a qual se sobreporiam as diretrizes geopolíticas e geoestratégicas da Argentina, do Chile e até do próprio Brasil. Era a “política westfaliana” de impedir a instalação de uma nação fortemente organizada em sua fronteira. Caberia assim, ao Chile, na Batalha de Yungai (1839), pôr fim a essa tentativa de coesão.

Na mesma época em que o Brasil, através da Missão Lopes Neto, conseguia firmar

seus limites com a Bolívia, o Chile também o fazia pelo Tratado de 1866, que sua própria diplomacia iria classificar como “a última expressão do absurdo”.

QUESTÃO DE ANTOFAGASTA

No período colonial, a costa do Pacífico de Antofagasta havia sido posta sob a jurisdição da Audiência de Charcas, para que esta recebesse mercadorias vindas da Espanha e pudesse enviar, para a metrópole, as riquezas extraídas do Potosí (Mapa 3). Pelo Tratado de 1866, conseguia o Chile, além de fixar uma fronteira indecisa pelo paralelo de 24º sul, determinar que no setor compreendido entre os paralelos de 25º e 23º sul, portanto quase todo o litoral boliviano de Antofagasta, seria de propriedade das duas repúblicas.

A essa tentativa de coesão levaria, dessa vez, o Peru a ver com desagrado os chilenos se internarem cada vez mais no setor litorâneo da Bolívia e ameaçar, em consequência, o de Tarapacá, de sua propriedade. Daí o Tratado de Aliança Defensiva, de 1873, assinado entre o Peru e Bolívia, quando Antofagasta já havia se transformado num autêntico porto chileno, desenvolvido com capitais e material humano desse país.

Sentindo-se apoiado pelo Peru, a Bolívia rescindiu o contrato com a Companhia Chilena de Ferro-Carilles y Salitre de Antofagasta, ordenando não só o embargo de seus bens, como ainda a prisão do seu gerente (1878). Os industriais chilenos solicitaram o apoio do governo de Santiago, iniciando-se a Guerra do Pacífico (1879) com a ocupação militar de Antofagasta pela esquadra chilena, sob o comando do Almirante William Rebolledo.

A guerra seria desfavorável aos aliados e a Bolívia passava a ser, pelo Tratado de Ancón, de 1883, um país enclausurado, perdendo o setor territorial de seu litoral (153 mil km²), onde se situam os portos de Tocopilla, Cobija, Mejillones e Antofagasta. A vizinha Argentina que, convidada a aderir

ao Tratado de Aliança Defensiva Peru\Bolívia, não o fez, pela oposição do senado, recebia, em 1883, um pequeno trecho de território no interior (Mapa 3).

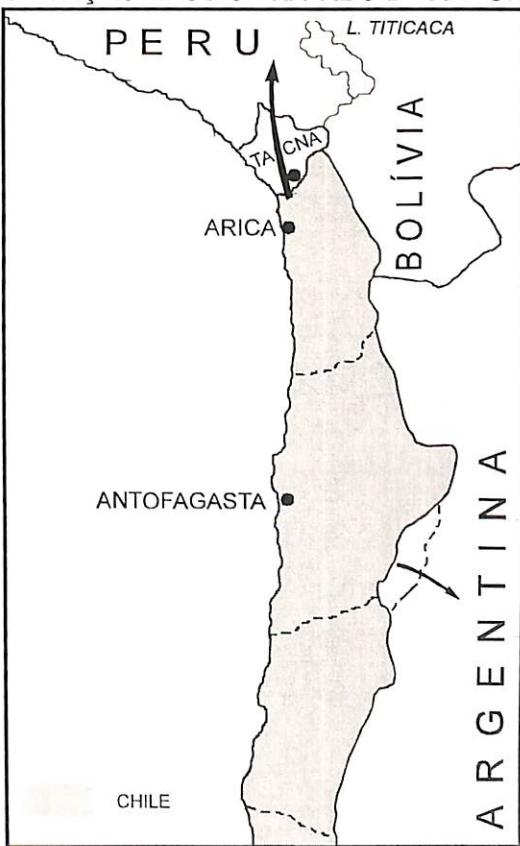
A partir de então, os sucessivos governos bolivianos têm o mesmo objetivo nacional de “la salida al mar”, levando até a foros

MAPA 3

LITORAL DA AUDIÊNCIA DE CHARCAS



SITUAÇÃO APÓS O TRATADO DE ANCÓN

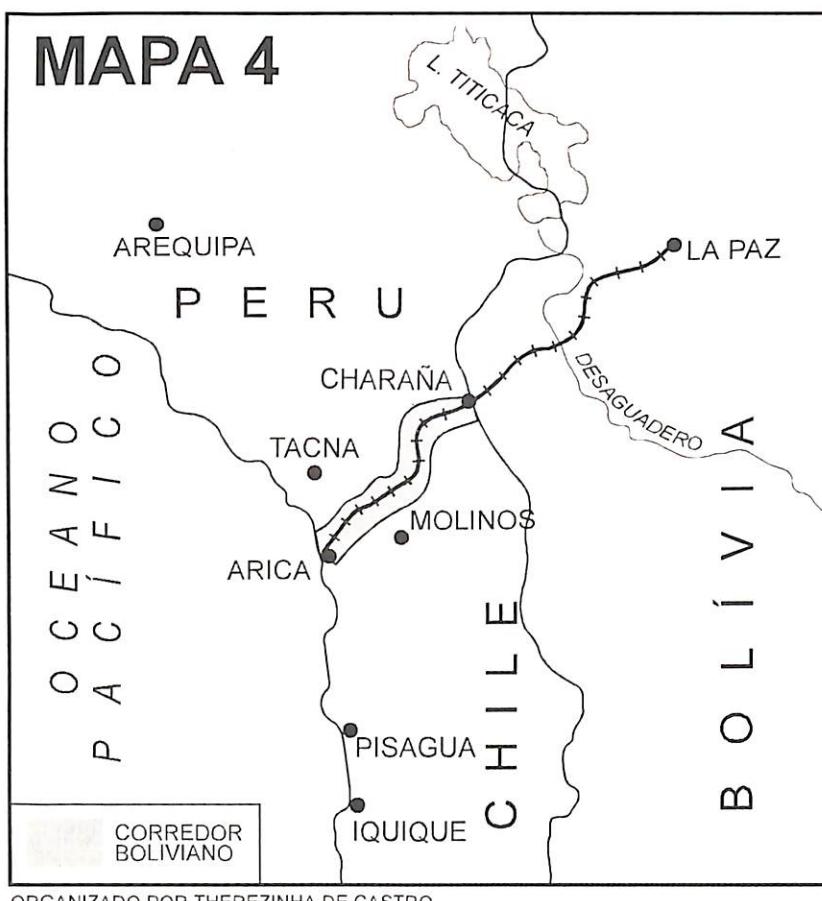


ORGANIZADO POR THEREZINHA DE CASTRO

internacionais. Em 1920, o Governo de La Paz apresentava a questão à Liga das Nações, para solicitar ao Secretário Geral a revisão do *status quo*, sob alegação da “situação de força sobre a qual lhe foi imposto o Tratado”. Repetiria a demanda 54 anos depois, junto à Assembléia Geral da OEA, obtendo um Projeto de Resolução favorável à resolução de sua “mediterraneidade”, que não saiu do papel.

Para celebrar o sesquicentenário da Batalha de Ayacucho, Argentina, Bolívia, Co-

lômbia, Chile, Equador, Panamá e Peru subscreveram uma Declaração, datada de 10 de dezembro de 1974, através da qual manifestaram sua compreensão ante a situação “mediterrânea” boliviana. Paralelamente, o Brasil convidava para um encontro em Brasília os Presidentes Hugo Banzer (Bolívia) e Augusto Pinochet (Chile), para que reatassem as relações diplomáticas, propondo, como plano de solução, a cessão por parte do Chile do Corredor de Arica à Bolívia, na ferrovia que vem de La Paz (Mapa 4).



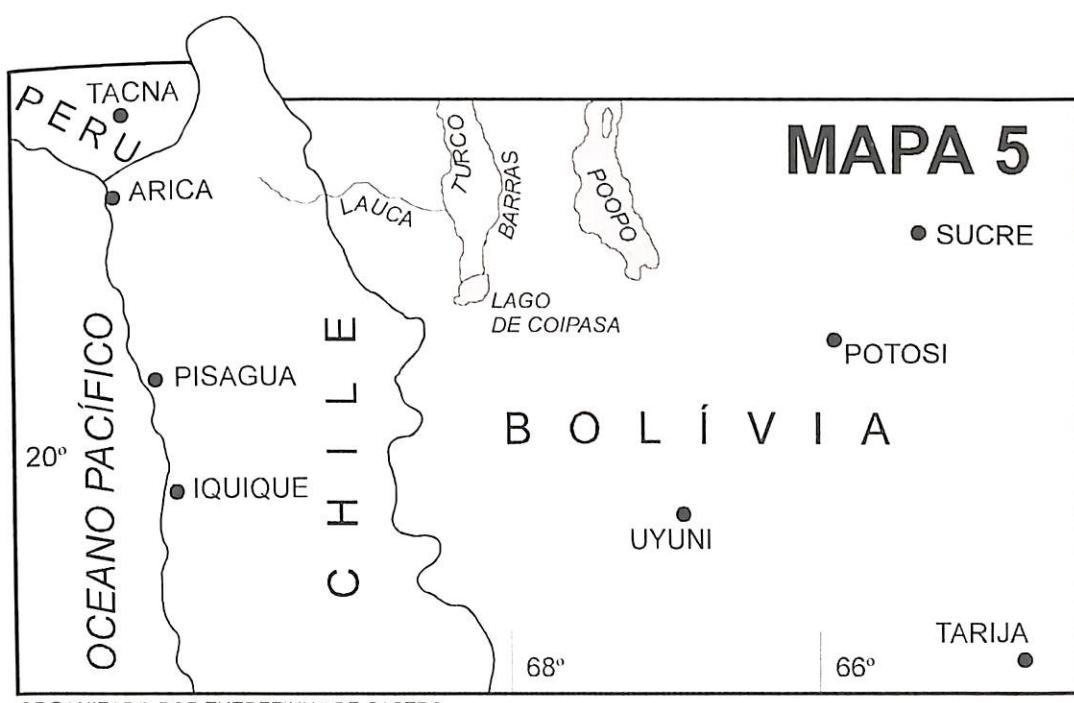
O projeto não foi avante porque o Governo de Lima viu na proposta uma estratégia brasileira de conseguir acesso ao Pacífico nesse corredor na Bolívia, já que a Santos-Arica, para ser complementada, necessita apenas dos trilhos entre Santa Cruz e Cochabamba; em segundo lugar, porque Arica é território subtraído ao Peru, e não da Bolívia.

Quanto ao Governo de Santiago, a Nota nº 686, de 16 de dezembro de 1975, fazia uma série de exigências. Assim, para não quebrar a continuidade do espaço chileno se dispunha a “ceder uma franja de território ao norte de Arica no atual limite com o Peru” desde que a Bolívia concordasse com “uma troca” simultânea com superfície compensatória equivalente à área de terra e mar obtida”. Continuava a referida Nota nº 686 que

caberia ainda ao Governo da Bolívia autorizar ao Chile a “aproveitar a totalidade das águas do Rio Cauca” (Mapa 5).

Em 1962, o Rio Cauca, que nasce no Chile e desemboca no Lago de Coipasa, na Bolívia, causou um conflito entre os dois países. Para irrigar o vale árido de Azapa, próximo de Arica, o Chile havia efetuado a canalização de seu curso, diminuindo o seu caudal na Bolívia. Os protestos bolivianos não foram ouvidos.

A proposta chilena era bastante hábil, mas não convenceu os bolivianos. Através dela o Chile sepultava o passado e não perdia territórios, simplesmente o trocava por superfícies bem maiores, já que as mesmas eram equivalentes à soma das áreas terrestre e marítima. Por outro lado, o “corredor” que iria conceder à Bolívia, nada mais era do que



ORGANIZADO POR THEREZINHA DE CASTRO

um “espaço tampão,” que o separava do Peru. E, ainda, pretendia o Chile aumentar seus territórios em troca desse “Corredor”, no interior da Província de Antofagasta, a partir do Cerro Zapareli, onde obteria minerais radioativos, sobretudo o lítio, que se encontra no salitre do altiplano boliviano misturado com boro, manganês e outros.

Quanto à proposta do “Corredor” que o Chile cederia à Bolívia, era perfeitamente aceito pelo Peru que, no entanto, condicionava uma superfície costeira de administração compartida entre os três países e administração tripartite no porto de Arica. Assim, o Governo peruano aproveitava o ensejo para voltar a conectar Tacna, que o Chile lhe devolvera, com Arica.

A saída para o pacífico permanece firme nas diretrizes geopolíticas bolivianas, bem mais do que os territórios que perdeu para o Peru, Argentina, Paraguai e Brasil.

QUESTÃO DO ACRE

Concorda o diplomata boliviano, Mariano Baptista Gumucio, que as perdas territoriais de seu país estão ligadas “*a grupos de poder econômico e político dominantes na Bolívia que facilitaram a intromissão de interesses estrangeiros e que em suas defesas nos fizeram guerra*”. Afirma assim que “*durante a administração de Melgarejo y Morales, chamou-se a um tal Coronel Church para colonizar e explotar o Acre e, aos capitais chilenos ligados a interesses britânicos, para explorar e dar maior valor econômico ao litoral*”.

O Acre pertencia legalmente à Bolívia, de acordo com os Tratados de 1777, celebrados entre Portugal e Espanha, e o de 1867,

entre o Império do Brasil e a República da Bolívia.

Aos poucos, a região acreana passava a ser ocupada por seringueiros brasileiros, visto que a fronteira, de difícil delimitação, era formada por numerosos rios. Era esta a situação quando a Bolívia resolveu protestar e, para confirmar a sua posse, funda, no Rio Acre, a povoação de Puerto Alonso, passando a cobrar taxas, o que descontentou os festeiros que vinham se dedicando livremente à exploração da borracha. Em 1899, os brasileiros, com o apoio do Governador do Amazonas e a desaprovação do Rio de Janeiro, apelam para as armas, mas são vencidos pelos bolivianos (1901).

Na impossibilidade de administrar a área resolve arrendá-la a um sindicato de capitalistas ingleses e estadunidenses. Tratava-se do *Bolivian Sindicate*, que obteve franquias para a exploração do Acre como: administração, arrecadação de impostos, organização de polícia, manutenção de tropas e barcos de guerra, concluindo-se que a Bolívia abdicava praticamente de seus direitos, permitindo que se instalasse na despovoada Amazônia uma companhia colonizadora estrangeira.

Revoltam-se os brasileiros na área (1902) e, sabendo que a Bolívia ia agir novamente, o Governo Brasileiro mandou que nossas Forças se concentrassem nas duas frentes — no Amazonas e Mato Grosso. Compreendendo o perigo, resolia a Bolívia rescindir o contrato com os estrangeiros, quando o Brasil tratava de ocupar militarmente o Acre, iniciando-se os entendimentos que culminam com a assinatura do Tratado de Petrópolis (1903).

Em troca do Acre, o Brasil entregava à Bolívia pequeno território na fronteira entre os rios Beni e Abunã, onde se juntam para

formar o Madeira. Por não haver equivalência entre as áreas trocadas, o artigo 3º determinava uma indenização de 2 milhões de libras esterlinas, e, para que os bolivianos tivessem livre acesso à navegação no Amazonas, o artigo 7º nos compromissava a construir a estrada de ferro Madeira—Mamoré, vencendo o trecho encaichoeirados desses rios.

A Bolívia perdia aí, para o Brasil, uma superfície de 152 mil km², hoje o Estado do Acre (em parte peruano), cinco vezes maior que a Bélgica.

QUESTÃO DO CHACO

A partir daí a Bolívia procuraria manter a integridade de seu território, mas não pôde evitar outra questão, desta vez com o Paraguai, a respeito do Chaco.

O Chaco é uma região árida e salitrosa com 600 mil km², localizada na parte central do continente sul-americano. Dividia-se em três partes — Boreal, Central e Austral — e foi, durante muito tempo, uma terra sem dono, por não despertar interesse entre os países que com ela se limitavam.

Ao terminar a Guerra do Paraguai (1870), a Argentina, já de posse do Chaco Austral, tratou de resolver suas questões de limites com os paraguaios, anexando também parte do Chaco Central. Nessa ocasião, a Bolívia deixava bem claro que lhe pertencia o Chaco Boreal, que integrara a Audiência de Charcas. Percebendo que os documentos apresentados pelos bolivianos eram convincentes, os paraguaios suspenderam as discussões diplomáticas, esquivando-se da solução pelo arbitramento.

Em 1900, já às voltas com a questão do Acre, acentuou-se ainda mais o desejo da

Bolívia para resolver a questão, pois havia sido descoberto petróleo no Chaco Boreal. E, assim, paraguaios e bolivianos passam a sustentar uma luta camouflada, que foi não só longa como cara. Sabendo-se que ambos os países lutavam com dificuldades financeiras, supõem-se que, para manter o confronto, contaram com subvenções de companhias estrangeiras interessadas no petróleo.

A guerra ia tornar-se clara em 1932, com os dois contendores munidos de algum material moderno de guerra. Daí o aspecto brutal da luta, onde perderam a vida 42 mil paraguaios e 60 mil bolivianos, justificando a intervenção brasileira, em 24 de junho de 1935, com ordens para imediata cessação de fogo, enquanto uma comissão de militares sul-americanos iria proceder à demarcação da zona litigiosa. O Tratado de Paz de Buenos Aires (1938) dava destino final à questão do Chaco, cabendo à Bolívia apenas pequena parte dessa planície, já que ficava com o Paraguai o setor das jazidas petrolíferas.

A “partilha” da Bolívia, pelo processo histórico, com predestinação geopolítica à “Polônia da América”, pararia por aí.

CONCLUSÃO

Com sua política externa voltada para *una salida al mar*, arraigada nas plataformas das continuadas presidências, via de regra ocupadas por militares, a Bolívia, no período da “Guerra Fria”, foi alvo das investidas “socializantes” de Cuba. Teve, assim, que enfrentar o problema das guerrilhas, a partir de 1964. A população, em parte, havia sido “dominada” pelo esquerdista argentino naturalizado boliviano, Juan Lechin; enquanto o também argentino naturalizado cubano, Che Guevara, agia no “santuário” da selva

boliviana, onde foi morto pelo Exército, em outubro de 1967.

Ilhada no altiplano pontilhado por montanhas, rodeada por planícies e vales, onde as “quebradas” ou terrenos irregulares escutam os lamentos melodiosos do “charango” ou da “quena”, resumem-se nessa paisagem os segredos, tanto da perenidade quanto dos infortúnios da Bolívia, em sua predestinação geopolítica.

E é, da combinação dessa paisagem combinada, altiplano/vale/planície, que resulta a articulação entre o norte/sul/leste/oeste.

A predestinação geopolítica da Bolívia nesta função articular seria evidenciada, já na guerra de independência com os Exércitos do Norte e do Sul se empenhando, militarmente, na complementação do êxito de suas campanhas em prol da conquista da Audiência de Charcas.

Implantava-se, em 1825, um país em função desarticuladora norte/sul, encerrando-se, no altiplano, “o núcleo básico da nacionalidade boliviana”. Para explotar sua riqueza mineral, iria manter, na categoria de área geopolítica neutra, os seus vales e planícies, ou seja, 3/4 partes de seu espaço vital.

Impunha-se, assim, a função desagregadora ao seu território político, ensejando a conquista por parte de seus vizinhos, refletindo, sobremodo, o fenômeno histórico da “polonização” — processo iniciado ainda em período colonial, quando a Audiência de Charcas se transformava no campo de

confronto, onde se bateram os Vice-Reis do Peru contra os separatistas de Buenos Aires.

Esboçava-se, assim, o papel internacional da Bolívia em função de seu posicionamento, que Julio Mendez descreve como “uma expressão geográfica perfeita com vias de livre comunicação aos dois oceanos, por obra de homem, em efêmero esforço sobre grave esfacelamento, produzindo um desequilíbrio que por natural inclinação ainda busca suas bases”. Por isso, com a implantação da Bolívia, em 1825, como Estado de direito, o Congresso do Panamá, de 1826, significou “não o prelúdio, e sim o epílogo da fraternidade continental”.

Finda a “polonização”, impunha-se a predestinação geopolítica da Bolívia como terra de contactos e não de antagonismos. Para isso, porém, o país deve abrandar a função isolacionista do altiplano, numa perfeita conexão La Paz/Sucre/Santa Cruz de la Sierra, compenetrando-se de que sua predestinação geopolítica deve ser a da atração, da união e soldadura, como autêntico *heartland* entre os países vizinhos.

Integrante dos tratados regionais que unem os países do Prata/Amazonas, voltada para o Pacífico, não deve se omitir face o Atlântico.

O “absurdo” geográfico de Malagrida, pela heterogeneidade geográfica, pode se transformar numa realidade aglutinadora, pois, como observa Júlio Mendez, “se a Bolívia não existisse havia necessidade de criá-la”. □

BIBLIOGRAFIA

- ANGLARILL, Nilda Beatriz e LA MADRID, Mônica Vilge. *La Salida al Mar de Bolívia*. Revista Argentina de Relaciones Internacionales (CEINAR), maio/agosto de 1977.
- CASTRO, Therezinha de. *Nossa América: Geopolítica Comparada*. BIBLIEX. Rio, 1994.
- GAVEGLIO, Silvia Hebe. *La Mediterraneidad de la Bolívia (1534-1897)*. Revista Argentina de Relaciones Internacionales (CEINAR), setembro/dezembro de 1979.

- GUMUCIO, Mariano Baptista. *Geopolítica de Bolívia: Mediterraneidad y Destino*. Geopolítica — Hacia una Doctrina Nacional, nº 26, año IX, Buenos Aires, 1983.
- GUSMÁN, Augusto. *Tupaj Katari*. Librería Editorial Juventud. La Paz, 1972.
- MALAGRIDA, D. Carlos Badia. *El Factor Geográfico in la Política Sudamericana*. Establecimiento Tipográfico de Jaime Ratés, Madrid, 1919.
- MENDEZ, Julio. *Realidad del Equilibrio Hispano Americano y Necesidad de Neutralización Permanente de Bolívia*. Imp. La Patria. Lima, 1874.
- PASQUEL, Emilio Castaño. *Sucre, La Paz... En el Futuro Santa Cruz?* El Núcleo de Cohesion de Bolívia — Estudios de Geopolítica e Georrelacional, nº 6, abril de 1981. Lima/Peru.
- QUIROGA, Eduardo Arze. *La Constitución Boliviana de 1826 y la Desintegración de América Latina*. GEOSUR, año II, nº 24, agosto de 1981.
- TIFER, J. Valerie. *Bolivia*. Editorial Francisco de Aguirre. Buenos Aires, 1979.
- TRAVASSOS, Mário. *Projeção Continental do Brasil*. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1947.
- VAZQUEZ, Alfonso. *Bolívia y su Salida Hacia el Pacífico. Geopolítica Hacia una Doctrina Nacional*. Nº 23, año VII, Buenos Aires, dezembro de 1981.

DROGARIA 24 HORAS

Tels.: 201-3607
581-6175

ABERTO DIA E NOITE

FAZEMOS CONVÊNIOS COM
EMPRESAS E INSTITUIÇÕES

ACEITAMOS TODOS OS
CARTÕES DE CRÉDITO

O MELHOR PREÇO
DO BAIRRO

Agradecemos a Preferência

AV. SUBURBANA, 4.370
LOJAS A/B - DEL CASTILHO

MUDANÇAS NO ENSINO TÉCNICO

Aumentar as oportunidades de profissionalização dos jovens. Esta é a principal intenção do MEC ao propor mudanças no ensino técnico. Na prática, o MEC pretende flexibilizar o formato do ensino de 2º grau, dando ao aluno a chance de ter acesso a programas parciais ou terminais de educação profissional.

O projeto de lei que está no Congresso Nacional prevê a separação do ensino acadêmico do ensino técnico profissionalizante, propondo uma organização curricular modulada para o ensino técnico, ou seja, ordenada por bloco de disciplinas. Assim, o aluno poderá cursar o ensino médio e, ao mesmo tempo, matricular-se em programas de educação profissional de nível técnico.

Cada módulo garantirá uma qualificação profissional ao aluno, que terá direito a um Certificado de Qualificação Profissional. A conclusão do conjunto predeterminado dos blocos necessários para uma habilitação dá ao aluno o diploma de curso técnico de nível médio.

Outra vantagem é que o ensino técnico poderá ser seqüencial ou paralelo ao ensino médio. O aluno poderá, após concluir o 2º grau convencional, ingressar na formação técnica, com duração variável de seis meses até dois anos e meio. Caso prefira, o aluno poderá ter duas matrículas: uma para o 2º grau e outra para fazer os módulos de seu interesse no ensino técnico. Se a instituição oferecer os dois cursos poderá ter as duas matrículas na mesma instituição, só que em turnos diferentes.

“Ao adotar esse sistema, a formação profissional passa a ser complementar ao ensino médio, oferecendo aos estudantes uma opção à universidade, além de permitir a ampliação do atendimento nos cursos profissionalizantes”, garante o Secretário de Educação Média e Tecnológica, Átila Freitas Lira.

A Escola Técnica de Brasília, numa iniciativa da Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal, começou a funcionar em fevereiro em sintonia com a tendência de mudança no ensino técnico. O modelo adotado pela escola já separa o ensino acadêmico do técnico-profissionalizante.

As alterações no 2º grau incluem, também, modificações curriculares. Os currículos do ensino técnico serão definidos e modificados conforme as tendências da economia e as exigências da realidade nacional. O MEC acredita que o ingresso do aluno no mercado de trabalho ficará facilitado com a aprovação dessas mudanças.

Pelo projeto, o MEC definirá a duração mínima de cada curso, das matérias básicas e as habilidades e competências exigidas por cada habilitação profissional. Os sistemas de ensino, por sua vez, ficarão encarregados de complementar os currículos de acordo com as peculiaridades regionais e considerando a dinâmica da empregabilidade.

“Ao adotar esse sistema, a formação profissional passa a ser complementar ao ensino médio, oferecendo aos estudantes uma opção à universidade, além de permitir a ampliação do atendimento nos cursos profissionalizantes”